

# Notas sobre a descolonização de Angola

**Rosa Coutinho**

## Introdução

Ao regressar há poucos dias de uma visita à República Popular de Angola, tive a surpresa de saber que o meu nome tinha sido incluído entre aqueles que deveriam apresentar uma comunicação a este Seminário, naturalmente sobre o tema «Descolonizar».

Nada tinha preparado, nem havia materialmente tempo para o fazer, mas a minha completa identificação com os objectivos que levaram a Associação 25 de Abril e a Fundação Gulbenkian a promovê-lo e organizá-lo, e a consideração que me merecem os participantes e os amigos e camaradas presentes, levam a que não possa eximir-me a esse dever.

Peço-vos assim desculpa de não apresentar uma comunicação escrita e a vossa indulgência para qualquer lapso ou falta de rigor de apreciação.

No dia 25 de Abril de 1974, ainda com as operações militares em marcha naquilo que poderia ser apenas um bem sucedido «golpe de Estado», manifestou-se abertamente uma esmagadora adesão popular que teve por base, não apenas a reprobção do caduco regime político vigente, mas principalmente a esperança de que, com a sua queda, terminassem finalmente as guerras coloniais.

Significa isso que a maioria do povo português estava cansada, desiludida dessas guerras, por razões variadíssimas, algumas das quais puramente egoístas, mas que, todas somadas constituíam uma maioria tremenda contra a continuação das guerras coloniais.

Esse facto não foi, de certo modo, bem compreendido por quem tomou o poder na altura. E assim até a própria declaração do Movimento das Forças Armadas foi alterada, ainda na noite do 25 de Abril para que não fosse tão explícita em relação ao termo das guerras coloniais, para as quais se preconizavam soluções políticas e não militares.

## **A descolonização na continuidade**

De qualquer forma, o que se verificou logo a seguir ao 25 de Abril foi que não havia realmente - como já aqui foi apontado - uma política de descolonização definida.

Se se pode, ao fim destes anos, dizer que houve uma política de descolonização, deverá confessar-se que ela resultou de muitos e variados factos. Resultou da correlação de forças (lá e cá) e foi sucessivamente adaptada às circunstâncias, pois não houve, de início, um objectivo comum em que todos estivessem integrados.

Dessa forma, a primeira fase daquilo a que podemos chamar descolonização - eu também não gosto do nome, mas é o que existe e quem tiver melhor imaginação que invente outro! - foi aquilo a que podemos chamar a «descolonização na continuidade». Assim, como primeira medida, foram apenas destituídos os Governadores Gerais e Governadores Locais das chamadas Províncias Ultramarinas e os seus lugares ocupados provisoriamente pelos respectivos Secretários Gerais.

Seguidamente através duma lenta sondagem política em que se distinguiu o Ministro Dr. Almeida Santos, foram procurados novos Governadores (manteve-se o termo) para as Províncias Ultramarinas, que pudessem dar sequência aquilo que seria a descolonização.

Dessa forma o Dr. Almeida Santos acabou por escolher e recomendar para Moçambique o Dr. Soares de Meio, que foi nomeado Governador. Para Cabo Verde acabou por ser nomeado o Dr. Fonseca - provavelmente o nome já está esquecido - e para Angola o Dr. Almeida Santos teve muitas dúvidas e não recomendou ninguém!

Disse ele quando chegou - e eu ouvi-o - após o contacto com as forças políticas em Angola, que havia alguns 40 governadores potenciais, mas que a nomeação de qualquer deles poria «contra» os apoiantes dos restantes 39!

Na realidade, o processo de descolonização em Angola apresentou-se, logo de início, como muito difícil.

Viria a ser o mais longo, viria talvez a ser o mais traumático. De qualquer forma complexo era. logo à partida.

Deve-se entretanto vincar que, tendo o 25 de Abril originado o processo de descolonização, muita gente não percebeu - ou não quis perceber - que o sistema colonialista português era uma espécie de castelo de cartas e que, uma vez tirada uma carta, as outras ruiriam com facilidade e o castelo cairia. Essa falta de percepção, mesmo em meios internacionais, levou a considerar, por exemplo que não haveria problemas na África Austral

(e principalmente em Angola) resultantes duma queda em derrota militar na Guiné-Bissau.

Não se apercebeu que uma coisa acarretaria as outras e que a desmobilização das tropas provocada por uma revolução aqui em Portugal se propagaria rapidamente.

Essa desmobilização foi aqui apontada no caso da Guiné, mas foi também real em quase todos os outros pontos pois levava a que ninguém quisesse levar o último tiro da guerra em qualquer dos teatros. Isso obrigava a que se fizessem as coisas rapidamente, pois não haveria muito tempo para pensar. Havia que reagir na altura e evitar o pior.

Eu recordo-me que o sr. Marechal Costa Gomes, aqui presente, fez em Maio/Junho (não tenho a certeza) de 74, uma visita a Moçambique para averiguar do estado da situação militar e quando chegou nos relatou esse estado, que deixou a Junta de Salvação Nacional - de que eu fazia parte - um bocado chocada.

O Sr. Marechal Costa Gomes é um homem realista e reconheceu logo nessa altura que a ideia do General Spínola, de negociar em posição de força, era impraticável, pois a força era apenas aparente e não real.

Entretanto, durante esta fase de «descolonização na continuidade», a nomeação dos já citados «Governadores» e outras coisas que se verificaram foram colocando o MFA - representado essencialmente pela sua Comissão Coordenadora - em posição de desconfiança.

Uma delas foi a tentativa do Sr. General Spínola de nomear para Moçambique, como Governador e Comandante-Chefe, o General Silvino Silvério Marques. Essa tentativa falhou porque o MFA se opôs. Só depois disso é que o general Silvério Marques foi nomeado Governador Geral de Angola, não acumulando porém com o cargo de Comandante Chefe, que era na altura desempenhado pelo Sr. General Pinheiro, que merecia a confiança do MFA. Mas isto avolumou as posições de desconfiança.

A outra foi aquela reunião na Base das Lages, entre o Sr. General Spínola e o Presidente Nixon dos Estados Unidos, em que eu vos devo declarar que, como membro da Junta, não tive, nem tenho até agora conhecimento de qualquer relatório do que se passou.

Não há nada escrito sobre essa reunião das Lages! E eu estou convencido que, se alguém escreveu alguma coisa e a tem em seu poder, é apenas o general Vernon Walters, bem conhecido homem da CIA, que assistiu à reunião e nela participou até, como «intérprete»!

Dessa reunião resultou mais tarde como consequência (Setembro 74) a reunião da Ilha do Sal, em que o General Spínola se avistou com o Presidente Mobutu da República do Zaire. Não há também dela qualquer relatório! Não se sabe o que é que foi combinado na

reunião do Sal! Qualquer informação que se tenha obtido - e eu obtive algumas - é puramente especulativa ou clandestina; não há nos arquivos do Estado qualquer relatório desta reunião!

Esta primeira fase a que chamei de «descolonização na continuidade», termina praticamente em Portugal com a crise Palma Carlos, com a publicação da Lei n.º 7/74 e com o célebre discurso de 27 de Julho do Sr. Presidente da República. Ele é o marco definitivo que abandona algumas das teses expostas no livro «Portugal e o Futuro» (o abandono não foi porém completo) e marca uma viragem no processo de descolonização.

Entretanto eu próprio já tinha partido para Angola. Há três dias!

### **A tentação rodésiana**

Devo dizer-vos que a minha nomeação para Angola se fez com um processo novo. Eu não fui como Governador Geral, mas sim como Presidente duma Junta Governativa - uma espécie de Junta de Salvação Nacional, à escala de Angola. Mas essa minha nomeação deixou-me surpreso.

Na realidade, como membro da Junta de Salvação Nacional, que era uma espécie de presidência colectiva, pois que o seu presidente era o Presidente da República, eu não deveria ser nomeado para qualquer missão externa prolongada.

Julgo que essa minha nomeação resultou da acumulação de vários factores e aceitei-a como um dever a cumprir, como militar. Mas ainda hoje não sei realmente as razões porque fui nomeado. Talvez fosse, pura e simplesmente, para se verem livres de mim!

Foi entretanto uma decisão rápida. Fui nomeado, tomei posse e parti, em 24 horas, chegando a Angola em 25 de Julho.

Angola encontrava-se numa situação inquieta e desestabilizada, principalmente em Luanda, onde a cidade parecia arder. Claro que não era bem assim, pois só havia incêndios nos muceques e nem em todos. Entretanto, na hora da partida, perguntei por algumas recomendações ou instruções e quero dizer-vos que não recebi nenhuma. Foi quase do género: Desenrasque-se!

Quando cheguei a Angola encontrei um ambiente que é difícil imaginar-se agora aqui em Portugal. Poucos dias antes tinha sido assassinado, a sangue-frio, um enfermeiro angolano, por num bar de Luanda se ter atrevido a gritar: «Viva o general Spínola!» - o que foi considerado altamente subversivo. Isto dá-vos a imagem do ambiente na altura.

Mas na realidade os muceques de Luanda estavam a arder. Porquê? É preciso explicar.

Os muceques constituíam uma cintura da cidade, onde vivia a maior parte da população negra. O seu abastecimento era principalmente feito através de cantinas e a PIDE tinha reconhecido que a melhor maneira de controlar essa população era exactamente através dos cantineiros, que eram em grande número, pois cada um deles servia apenas 300 ou 400 famílias. Dessa forma podia assim obter facilmente as informações sobre agitação, deslocações etc. de que precisava.

Sucedeu assim que, em face do 25 de Abril, e das modificações que estavam a ocorrer, a população tomou a iniciativa de expulsar os cantineiros dos muceques. E assim, aquilo que em Luanda estava a arder eram simplesmente as cantinas, embora com todos os dramas que isso acarretava. E deverá dizer-se que esses dramas não envolveram perdas de vidas (pelo menos de portugueses) mas sim a destruição espectacular de propriedade.

Após o discurso do Presidente da República em 27 de Julho, iniciou-se uma nova fase da descolonização.

Nela se teve que lutar contra a tentação de promover a autonomia ou independência das Colónias, sob a hegemonia dos colonos brancos. E muito naturalmente ela se revelou com maior incidência em Angola e Moçambique, únicos territórios em que havia um colonialismo de ocupação. A Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe eram, nesse aspecto, menos relevantes.

Eu chamo a esta segunda fase da descolonização que durou praticamente até ao 28 de Setembro, embora em certos casos ainda tenha ultrapassado essa data, a «tentação rodesiana».

Ela manifestou-se essencialmente em Moçambique, Angola e Portugal pela conspiração que veio a desembocar nessa data. Muita gente, aqui em Portugal, ainda está convencida que o 28 de Setembro foi uma conspiração local. Mas ela tinha principalmente uma raiz colonial e no seu plano geral deveria começar em Moçambique, passar a Angola e terminar em Portugal com a dissolução do MFA e a eliminação dos poderes da respectiva Comissão Coordenadora.

Esse plano, que deve dizer-se estava bem imaginado, começou a abortar, quando a FICO de Lourenço Marques, que para ele tinha sido contactada, resolveu antecipar-se fazendo eclodir o movimento dez dias mais cedo. Como todos sabem a provocação iniciou-se em 7 de Setembro, em vez de 16 ou 17 como planeado, e não em Lourenço Marques mas sim na Beira, onde o provável cérebro do projecto, engenheiro Jorge Jardim dispunha de muito mais força e influência. Em Angola, onde os conspiradores se preparavam para fazer eclodir um movimento idêntico em 20/21 de Setembro, e não estavam portanto ainda preparados, foi fácil sufocar a tramóia. E assim, quando em 28 de Setembro a contra-revolução deveria culminar em Lisboa, já tinha perdido as suas bases coloniais. E portanto falhou.

O resultado da abortada contra-revolução de Setembro levou ao afastamento do General Spínola e à sua renúncia ao cargo de Presidente da República e a uma reformulação quase completa da Junta de Salvação Nacional. Da Junta inicial ficamos apenas 3, de maneira que o Sr. General Costa Gomes foi eleito rapidamente Presidente com os votos dos outros dois, o almirante Pinheiro de Azevedo e eu tendo o meu voto sido dado pelo telefone a partir de Luanda. Mas enfim, os tempos eram revolucionários e era assim mesmo que se tinha que proceder!

Só após o General Costa Gomes ter sido eleito Presidente da República se conseguiu a reprovação final do movimento de Moçambique que, embora já dominado, continuava a apelar ao General Spínola e aos colonos de Angola para tomarem a acção que estava prevista na conspiração geral. Mas isso permitiu também em Angola clarificar posições, e o partido político sob o qual se acobertava a maior parte da «reacção», que era o PCDA tendo como secretário geral o famigerado Dr. Ferronha, colaborador da PIDE e ex-perceptor dos filhos do general Mobutu, levou uma machadada e ficou praticamente arrumado.

Seguiu-se então um processo que o senhor brigadeiro Pezarat Correia já vos descreveu e que implicava o reconhecimento e o assinar do cessar-fogo com os três Movimentos de Libertação.

Com a UNITA não houve problemas pois, logo a seguir ao 25 de Abril, já tinha assinado rapidamente o «cessar-fogo», ainda antes do general Silvino Silvério Marques ter chegado a Angola.

Com a FNLA criou-se entretanto um problema delicado, porque as promessas que o general Spínola teria feito no encontro do Sal e que eu não conhecia - tinham que ser averiguadas, rectificadas e passadas a escrito. O acordo foi entretanto conseguido em princípios de Outubro, através da deslocação a Kinshasa duma delegação chefiada pelo Sr. almirante Leonel Cardoso, membro da Junta Governativa.

Deverá notar-se, como já o sr. Brigadeiro Pezarat o fez, que este foi o único acordo assinado fora das fronteiras de Angola. Na realidade eu não conseguia conversar com representantes da FNLA que não fossem apenas de nível intermédio, pois eles não se sentiam seguros em Angola e pretendiam sempre que as conversações se efectuassem em Kinshasa, onde aí sim se sentiam em casa. E isso prejudicava de certo modo a imagem e até o desenrolar de uma descolonização que nós queríamos que fosse puramente portuguesa.

Finalmente com o MPLA, com quem não fora também fácil entabular negociações a nível de cúpula, conseguiu-se igualmente realizar o acordo de cessar-fogo na chana do Cazombo em 21 de Outubro de 1974. Estavam assim criadas as condições base para novas negociações e novos caminhos.

Abro entretanto um parêntesis para dizer-vos que, quando fui nomeado presidente da Junta Governativa de Angola, eu pouco conhecia da sua realidade social, económica e política e, feliz ou infelizmente, ali não tinha conhecimentos pessoais, e muito menos, compromissos de qualquer ordem. Pude assim observar «in loco» e sem «parti pris», as pessoas e as situações e avaliá-las por si, e apenas pelo seu comportamento e acções.

Apercebi-me contudo que a grande instabilidade em que se vivia era dominada por um grande receio. O da FNLA (antiga UPA, de tristes recordações), sempre representada como um movimento de base tribal, militarmente poderoso e capaz de neutralizar, por acções de força, todas as restantes componentes em presença, logo que desaparecesse a força militar portuguesa, ideia que era alimentada pelas informações do próprio Estado Maior daqui.

Ora eu não sentia possibilidade de unir a sociedade angolana, então muito temerosa e dividida, a não ser por uma acção decisiva e mobilizadora contra um inimigo comum. Assim, quando da minha primeira visita a Lisboa, em Agosto de 1974, propus ao então Presidente da República as linhas gerais de um plano ousado: Com os portugueses de Angola que se consideravam angolanos e os Movimentos do MPLA e UNITA, unidos contra a ameaça comum, e com o auxílio das Forças Armadas Portuguesas, expulsássemos a FNLA, que se comportava apenas como representante do Zaire. À minha exposição verbal o Sr. General Spínola respondeu apenas com o seguinte comentário: - «Com o MPLA não se pode falar,

porque recebe ordens de Moscovo!»

Confesso que agora a esta distância, alimento muitas dúvidas quanto à exequibilidade do plano então esboçado. Mas ele representava já então a minha preocupação em evitar aquilo que constituiu mais tarde o grande trauma da descolonização angolana, ou seja, êxodo repentino dos portugueses!

### **Preparação e acordos do Alvor**

Concluído o plano de assinatura dos acordos de cessar-fogo com cada um dos Movimentos de Libertação, tomava-se necessário que, para poderem passar a exercer actividade política aberta, e estabelecer ligações permanentes com o poder central, eles estabelecessem sedes representativas em Luanda. Isso foi marcado para os princípios de Novembro de 1974. Mas novas dificuldades foram surgindo.

Uma delas resultava da divisão - quanto a mim artificialmente introduzida - nos órgãos de cúpula do MPLA. Este que era sem dúvida o movimento mais representativo sob o ponto de vista político em Angola (como facilmente eu o vim a reconhecer) tinha sido oportunamente dividido, numa tentativa para o incapacitar de tomar decisões.

Assim, em fins de 73 e princípios de 74, tinham-se registado no MPLA duas cisões graves: a da chamada Revolta Activa, um grupo de intelectuais de tendências francesas dirigido pelos irmãos Pinto de Andrade e a da chamada Revolta do Leste, que afectava a maior força militar do MPLA, comandada por Daniel Chipenda. Como disse, eu não considero estas cisões acidentais.

Alguém no exterior previa já o que veio a ser o 25 de Abril e a consequente descolonização. Mas o certo é que as complicações foram criadas, e, quando o MPLA tentou fazer um Congresso de Unidade em Lusaka, em Agosto de 1974, e esse congresso falhou devido a profundas influências externas, a situação tomou-se cada vez mais difícil.



Felizmente em Brazaville ocorreu um facto importante para a descolonização de Angola, no qual não tivemos participação. Quatro chefes de Estado africanos, Nierere, Mobutu, N'Gouabi e Kaunda, participaram numa conferência especial, na qual obrigaram o MPLA a unir-se sob os seus auspícios. Nela se reconheceu como presidente o Dr. Agostinho Neto e como vice-presidentes Joaquim Pinto de Andrade e Chipenda. Só isso permitiu, quanto a nós, desbloquear a situação e levar para a frente as negociações e a assinatura do cessar-fogo. E só isso permitiu avançar no caminho da tal conferência, que Portugal deveria procurar desesperadamente realizar para que a descolonização continuasse.

Entretanto após a abertura das sedes da FNLA, MPLA e UNITA em Luanda, respectivamente em 6, 8 e 9 de Novembro, e após se terem resolvido mais uma série de incidentes graves que não interessará aqui relatar, para não alongar a exposição, novo obstáculo surgiu: a UNITA aliou-se à FNLA e colocou o MPLA na situação de não poder ir para a mesa de negociações em igualdade de condições, tendo os outros dois movimentos aliados entre si.

Para restabelecer um certo equilíbrio, foi necessário promover também uma aliança entre o MPLA e a UNITA. Eu próprio patrocinei essa aliança no Luso, em 19 de Dezembro. E a partir daí ficaram criadas as condições para os acordos de Alvor.

Devo dizer-vos que, quando apareci em Lisboa, com a possibilidade de realização a curto prazo de uma conferência global sobre a descolonização de Angola, com a participação dos três Movimentos de Libertação, isso constituiu apreciável surpresa. Não se esperava que se conseguisse tão cedo a resolução do problema e havia mesmo quem pensasse que a descolonização de Angola levaria dois ou três anos, devido à complexidade da situação.

Acessoriamente, e como só mais tarde vim a verificar, a marcação da Conferência do Alvor, inicialmente para fins de Dezembro e finalmente para princípios de Janeiro de 1975, veio a abortar (ou adiar) uma conspiração que já corria novamente em Portugal e com a qual se pretendia recolocar de novo na Presidência da República o Sr. General Spínola. Esta conspiração de Dezembro, que pouca gente conhece e que, como disse, eu também só vim a conhecer à posteriori, deve ter sido então considerada inoportuna e a sua concretização adiada para três meses mais tarde. Foi o 11 de Março!

Os acordos de Alvor realizaram-se com a participação de Portugal e dos três Movimentos de Libertação de Angola, embora nessa altura só dois deles fossem reconhecidos pela Organização de Unidade Africana. O terceiro, a UNITA, só mais tarde e ainda sob pressão portuguesa, foi reconhecido pela OUA.

Embora haja agora uma certa tendência para desvalorizá-los, tendo sido ultrapassados pela História, há que reconhecer que os acordos de Alvor assinados em 15 de Janeiro de 1975 tiveram na época uma importância fundamental. Sem entrar em detalhes sobre o seu teor, que aqui não interessa discutir, saliento como suas consequências mais relevantes:

- Demonstrar que o problema da descolonização tinha que ser resolvido directamente entre Portugal e os Movimentos de Libertação dos povos das antigas colónias, sem interferência estrangeira.
- Demonstrar, para o caso de Angola, que Portugal tinha essa capacidade e o podia fazer mesmo em território português.
- Levar os três movimentos à declaração de que a independência de Angola devia ser estabelecida com as fronteiras da época colonial, isto é, afastando completamente a ideia da separação, ou independência separada, de Cabinda.
- Marcar uma data firme para a independência de Angola, que seria internacionalmente reconhecida.

Estas foram as soluções realmente importantes obtidas com os acordos de Alvor. Deles também constam as regras de formação e funcionamento de um Governo de Transição, bem como outras disposições menores, que na sua maior parte nunca foram cumpridas. Mas realmente, só quem não conhecesse o ambiente angolano e os próprios Movimentos de Libertação, poderia acreditar que esse governo teria alguma probabilidade de sucesso. Foi apenas aquilo a que se poderá chamar uma «caldeirada política à portuguesa», pelo que obviamente não funcionou!

Terminada a conferência, ainda regressei a Angola, de onde saí em 27 de Janeiro de 1975, tendo permanecido à frente dos seus destinos unicamente seis meses. Da importância que esses seis meses tiveram não me compete julgar. Tenho a consciência de ter cumprido a minha missão.

O senhor brigadeiro Pezarat Correia e alguns outros oficiais do MF A também presentes nesta sala, saíram comigo no mesmo avião. Terminado o primeiro acto, já não éramos aceites no processo de transição.

## **A segunda guerra de libertação**

O Governo de Transição começou, como todos sabem, por não funcionar, e arrastou-se durante três ou quatro meses em completa incapacidade. A rotatividade dos três primeiros-ministros foi mais uma fantasia que só o acordo de Alvor permitiu estabelecer e, em consequência, o governo não legislava nem governava. Estava pura e simplesmente paralisado.

Aproveitando as circunstâncias a FNLA e a UNITA foram-se estabelecendo militarmente nas províncias onde possuíam maior apoio tribal, daí expulsando à força todos os adversários políticos e procurando assenhorear-se do controlo dos aeroportos principais, respectivamente Negage e Nova Lisboa, por onde esperavam vir a receber auxílio exterior.

O MPLA por sua vez, e em resposta, desencadeou uma ofensiva popular em Luanda que levou à expulsão da capital das forças da FNLA e da UNITA, iniciando aquela que viria a ser chamada a sua «segunda guerra de libertação».

É nesta altura que se regista em Luanda um incidente muito grave, conhecido pelo caso da Vila Alice, em que pela primeira vez as tropas portuguesas desencadeiam uma acção de força contra o MPLA. Este era de há muito um dos objectivos da «reação», que reconhecia que a melhor maneira de eliminar o MPLA em Luanda (destruindo assim a sua retaguarda) seria pôr contra ele as tropas portuguesas.

O incidente da Vila Alice resultou de uma provocação bem montada, como foi mais tarde confessado por Pompílio da Cruz no seu livro «Angola - Os vivos e os mortos», mas o reconhecimento da sua gravidade potencial obrigou a que o então general Carlos Fabião e eu próprio, nos deslocássemos rapidamente a Angola, para impedirmos aquilo que seria a «facada pelas costas» no MPLA.

A diligência teve sucesso, pois o exército acatou as instruções do seu general Chefe do Estado-Maior e o MPLA ouviu-me e serenou. Evitou-se assim o que, com os primeiros blindados do Zaire (sob a capa da FNLA) já a atingirem o Caxito, às portas de Luanda, poderia ter resultado numa situação dramática.

Daí em diante, com o processo de descolonização seriamente embrulhado, o MPLA reuniu todas as suas forças populares, políticas e militares e desencadeou uma ofensiva generalizada que, em fins de Agosto de 1975 o levou a controlar já 12 das 16 províncias de Angola, preparando-se para rapidamente levar a sua ofensiva às restantes e controlar praticamente todo o território antes da data da independência.

Registou-se então o que eu considero um erro - o julgamento é meu - refugiando-se o Governo Português numa posição de ambiguidade, que em nada favoreceu o desenrolar do processo. Não tivemos discernimento ou capacidade para considerar ultrapassados os acordos de Alvor e fazermos um novo acordo directo com o MPLA.

A ocasião era, por assim dizer, única! Mas perdeu-se!

Mantivemos assim contra a minha opinião uma atitude de Poncio Pilatos (lavando dali as nossas mãos) que nos custou no final um mau relacionamento com Angola, e dificuldades que não deveríamos ter se, tal como fizemos para com a FRELIMO, o PAIGC e MLSTP, tivéssemos tido a coragem de negociar o novo acordo com o Movimento de Libertação que a realidade mostrara ser o único, política, social e culturalmente representativo.

Creio ainda que a sua ambiguidade acabou por favorecer aquilo que transformou em drama, a independência de Angola: a intervenção estrangeira! Este foi assim o único processo de descolonização português, em África, em que se registou, de forma suficientemente aberta a intervenção estrangeira. Será que não tivemos culpa?

## **A intervenção estrangeira**

Pelo que tenho conhecimento (não tenho provas) no final de Agosto de 1975, realizou-se uma importante reunião na capital da Namíbia - Windhoek - em que foi estabelecido um plano de aniquilamento do MPLA (incluindo o aniquilamento físico) antes da data marcada para a independência. Esse plano compreendia a utilização de tropas zaienses, sob a capa da FNLA, e tropas regulares sul-africanas acompanhadas como disfarces pelo «esquadrão Chipenda», «mercenários da UNITA», etc., que deveriam invadir Angola, pelo Sul e pelo Norte de maneira a convergirem simultaneamente sobre Luanda antes do dia 11 de Novembro.

Ao mesmo tempo e para a mesma data, foi também planeada uma invasão de Cabinda, por tropas zaienses e mercenários, sob cobertura da FLEC, cuja tentativa também se realizou.

Quero dizer-vos que igualmente tive conhecimento que nessa conferência de Windoeck, em que naturalmente participaram representantes militares e políticos da África do Sul e do Zaire, bem como seus cúmplices no interior de Angola, participaram também, clandestinamente, algumas autoridades civis e militares portuguesas. Que eu saiba até agora nenhum desses participantes foi acusado de traição pelo facto de terem activamente planeado a invasão de Angola por tropas estrangeiras! Nós sim. Eu e os outros militares do MFA que procuramos que a descolonização de Angola se efectuasse sem interferências externas, já fomos chamados de traidores, em mais de não sei quantas vezes!

Enquanto a invasão zairense se reforçava paulatinamente no Norte, tendo por principal base o Ambriz, a invasão sul-africana desencadeia-se noutra estilo, em 25 de Outubro. Uma coluna blindada, acobertada por alguns bandos de fantoches à roda, mas tendo como coração forças regulares do exército sul-africano, avança rapidamente para Norte e em poucos dias conquista Sá da Bandeira, Moçâmedes, Nova Lisboa e Silva Porto, praticamente sem encontrar resistência. Uma espécie de «blitzkrieg», em escala reduzida.

Entretanto, nas aproximações de Benguela, as FAPLA reuniram apressadamente forças contra blindados e artilharia, e dos cerca de 1200 soldados que os angolanos conseguiram alinhar, morreram talvez uns 800, o que é excepcional em termos de guerra africana. Mas essa acção de retardamento foi decisiva. Benguela e Lobito só caíram em 6 do Novembro e a 8, Novo Redondo. Mas as FAPLA tiveram tempo para fazer saltar a grande ponte sobre o rio Queve, no caminho para o Porto Amboim, e a coluna blindada ficou retida na margem esquerda do rio, sem conseguir atravessá-lo. O plano sincronizado da invasão estava furado, e Luanda, apenas 200 kms mais a Norte, tinha evitado o cerco fatal.

Contudo as tropas zairenses julgaram que por si só poderiam resolver a batalha e na manhã do dia 10 de Novembro avançaram em força sobre a capital. Como se sabe foram esmagadas no Kifandongo e nunca mais se recompuseram da derrota. À meia noite desse dia o MPLA proclamava festivamente em Luanda a independência da República Popular de Angola!

A situação continuava porém a ser crítica, pois o MPLA tinha sobrevivido quase por milagre e o seu domínio estava circunscrito à zona costeira de Luanda e uma cunha em direcção a Malange, além de algumas zonas interiores, Moxico e Luanda, que não tinham sido afectadas pela invasão. A Sul, a coluna blindada sul-africana continuava desesperadamente a tentar a travessia do Queve, para retomar o avanço sobre Luanda e remendar o plano abortado.

Valeu-lhe então o auxílio dos países socialistas e principalmente o de Cuba, cuja intervenção foi decisiva para sustentar a fase final da invasão (não esquecendo também a de Cabinda) e para a reconquista total do território, a qual só veio a terminar em 27 de Março de 1976 com a retirada total das forças sul-africanas invasoras.

Logicamente que o MPLA ficou reconhecido a Cuba, sem cuja ajuda teria sido aniquilado em Luanda, conforme planeado. Não ficou reconhecido foi a Portugal, cujo comportamento dúbio e atitude de Poncio Pilatos, quase roçou a da cumplicidade. E ainda estamos a sofrer as consequências!

A acção diplomática foi igualmente nefasta. Na data da independência eu, que tinha sido convidado pessoalmente pelo Presidente Agostinho Neto para assistir à cerimónia, não fui autorizado a sair do país. E a independência foi proclamada sem a presença de qualquer representante do Governo Português!

Por outro lado Portugal, que deveria ter sido o primeiro a reconhecer a República Popular de Angola, foi sucessivamente adiando esse reconhecimento, possivelmente com a esperança de que o MPLA acabasse por ser derrotado. O reconhecimento só foi feito em Fevereiro de 1976 (fomos o 82.º país a fazê-lo) e eu, que me encontrava em Luanda nessa altura - em gozo de férias, claro - fui testemunha da frustração e da vergonha dos portugueses que tinham ficado em Angola, pelo insólito da situação. E mais! O reconhecimento foi feito porque o Sr. marechal Costa Gomes, aqui presente, assumiu, como Presidente da República essa responsabilidade, visto que o Governo e os políticos no poder não o quiseram fazer. E essas asneiras pagam-se!

## O Êxodo

Ainda dentro do contexto da descolonização de Angola, eu não quero deixar de referir-me a um dos factos mais dolorosos, e mais graves de consequências, que nela ocorreu. Refiro-me ao êxodo dos chamados «retornados», que se verificou praticamente durante os meses de Setembro e Outubro de 1975. Esse êxodo é para mim um dos maiores crimes que se cometeram contra Angola, contra a Revolução Portuguesa e contra Portugal como nação.

Considero que ele resultou de uma conspiração internacional, com grandes cumplicidades portuguesas, e que os seus objectivos principais foram os seguintes:

- a) Esvaziar Angola. A saída repentina de cerca de 300 mil portugueses (a que se adicionaram algumas dezenas de milhar de angolanos) deixou Angola pior que uma bexiga vazia. Sem quadros, sem organização, sem estruturas capazes de funcionar! Ainda hoje o jovem país se ressentido disso, e vai passar muito tempo antes que se possa completar a recuperação.
- b) Reforçar a contra-revolução em Portugal. Esse êxodo veio afectar à sociedade portuguesa mais de 300 mil desesperados, fugindo a uma guerra civil desencadeada por interesses não nacionais, e empurrados para uma ponte aérea que os trouxe para Portugal, por vezes só com uma malinha de mão!  
E enganados também! Houve homens e mulheres que embarcaram em aviões em Nova Lisboa, julgando que iam para Luanda e acabaram por desembarcar em Lisboa. Foram os evacuados à falsa fé!
- c) Tirar testemunhas à invasão sul-africana. Só assim se compreende, por exemplo, que em Nova Lisboa, onde viviam cerca de 40 000 colonos portugueses, apenas restassem uns 40 quando os sul-africanos lá chegaram, em princípios de Novembro, pois tudo o resto tinha sido evacuado. E não foi porque eles tivessem receio da UNITA, ou mesmo dos sul-africanos, com quem a maioria, bem ou mal, se sentia identificada.
- d) Exercer chantagem política sobre Portugal. A realização da ponte aérea, «generosamente» oferecida pelos países ocidentais, implicou como condição prévia - e o Sr. Marechal Costa Gomes bem o sabe - a demissão do governo presidido pelo general Vasco Gonçalves.

Provavelmente os autores do plano ficaram satisfeitos. Todos os objectivos foram conseguidos, embora falhasse o objectivo final que era o de impedir a conquista do poder em Angola pelo MPLA. Que dizer porém dos «patriotas» portugueses, que com eles consciente ou inconscientemente colaboraram? E das centenas de milhares de vítimas que o drama do retomo provocou? E dos custos espantosos, económicos, políticos e sociais, que Portugal(e também Angola) ainda estão a pagar?

## **Conclusão**

Desde o primeiro dia, a Revolução iniciada em 25 de Abril e a Descolonização estiveram sempre intimamente ligadas. Os sucessos e insucessos duma, tiveram imediatos reflexos na outra, e nas políticas seguidas é por vezes difícil distinguir as causas das consequências.

Acontecimentos internos e externos e a variação de correlação de forças a nível nacional e internacional, ditaram muitas vezes acção política a seguir. Não é também por acaso que a sufocação da Revolução em Portugal só se torna possível quando a descolonização em África terminou. E assim como não é possível dizer-se que houve uma «política da Revolução» também não houve na realidade uma «política da Descolonização».

Entretanto nós, os que nela mais directamente participámos, podemos orgulhar-nos, não de essa descolonização ter sido «exemplar» porque não o podia ser, mas por ter sido realizada essencialmente sob o império de um espírito de justiça. Nesse aspecto eu julgo que a descolonização portuguesa terá sido única. e que o reconhecimento do espírito de justiça que a ela presidiu, nos está também a valer a consideração dos povos que, em resultado da Revolução de Abril ascenderam (mais cedo!) à independência.

Antes de terminar gostaria de frisar que considereei muito pertinentes as palavras do Sr. Dr. Luis Moita, ao explicar que a Revolução e a Descolonização portuguesas não se dão isoladamente no Mundo. Verificam-se num contexto mundial de alterações da correlação de



forças e, principalmente, de transformação de mentalidades. Os povos estão a acordar, a nível mundial, para a profunda injustiça que representa a divisão internacional do trabalho e dos recursos, estabelecida primeiro sob a égide da Europa e depois dos Estados Unidos.

O ano de 1975 foi rico, foi talvez um marco, nesse acordar e nesse levantar de esperanças.

Recorde-se além dos acontecimentos que mais directamente nos dizem respeito, a expulsão dos americanos do Vietnam, a revolução etíope e a própria Conferência de Helsínquia.

Quanto a mim, a espécie de inflexão histórica registada em 1975 representa a entrada em refluxo da «pax imperial» americana, que foi imposta ao Mundo durante cerca de 30 anos. Teremos que ver ainda porém, se realmente esse reflexo é definitivo, ou apenas temporário, pois os americanos, com a cumplicidade de outros países privilegiados, hão de tentar tudo para o inverter.

De qualquer forma o espírito universal de libertação recebeu nesse ano um grande impulso, e isso fez que a nossa Revolução e a Descolonização transcendessem as fronteiras de Portugal e das suas antigas colónias e se tornassem acontecimentos de interesse mundial. E, pese embora a crise que o Mundo atravessa, ou talvez por isso mesmo, o espírito de libertação ainda se mantém bem vivo.

Eu considero que será, graças a esse espírito, que poderemos manter e aprofundar as relações com os novos países que saíram do antigo império colonial português e que temos aí uma base de partida inestimável. Que a saibamos aproveitar com honra e dignidade!

E, para os mais realistas ou pragmáticos, que saibam compreender que a colaboração e a cooperação solidárias com os países africanos onde se fala português, é actualmente o maior imperativo da nossa independência nacional!